

Ao final da 24ª Assembleia Geral da CNBB realizada esta semana em Itaiçara, os bispos ali reunidos distribuíram o seguinte documento:

ÍNDICE	
INTRODUÇÃO.....	1- 5
1ª parte: CONSTATAÇÕES E DESAFIOS	
1.1. A importância do Momento Político.....	6- 9
1.2. O sentido da Constituição.....	10- 12
1.3. A participação do Povo.....	13- 17
2ª parte: IGREJA E PROCESSO CONSTITUINTE	
2.1. A Colaboração da Igreja.....	18- 25
2.2. A eleição de novembro de 1986.....	26- 34
2.3. Durante o funcionamento da Assembleia Constituinte.....	35- 41
2.4. Após a promulgação da Constituição.....	42- 43
3ª parte: CONTEÚDO DA CONSTITUIÇÃO: CRITÉRIOS E EXIGÊNCIAS	
3.1. A atuação dos Cristãos.....	44- 48
3.2. A Ordem Social.....	49- 53
3.2.1. Exigências concretas	
- Promoção e Defesa da Vida.....	54- 58
- Promoção e Defesa do Meio Ambiente.....	59
- Promoção e Defesa dos Direitos da Família.....	60- 66
- Promoção e Defesa da Liberdade Religiosa.....	67- 70
- Promoção e Defesa da Igualdade de todos perante a Lei.....	71- 79
- Promoção e Defesa dos Direitos de Todos a partir dos mais necessários.....	80- 83
3.3. A ordem política.....	84
3.3.1. Critérios básicos.....	85- 86
3.3.2. Exigências concretas.....	87- 92
- Liberdade Política.....	87- 92
- Controle do Poder pela Sociedade.....	93- 99
3.4. A ordem econômica.....	100- 104
3.4.1. Critérios básicos e aspirações.....	105- 119
3.4.2. Exigências concretas.....	120- 128
3.5. A ordem cultural.....	129- 132
3.5.1. Critérios básicos.....	133- 144
3.5.2. Exigências concretas.....	145- 151
- Educação e cultura.....	145- 151
- Meio de comunicação social.....	152- 165
3.6. A ordem internacional.....	166- 170
3.6.1. Critérios básicos.....	166- 170
3.6.2. Exigências concretas.....	166- 170
CONCLUSÃO.....	166- 170
NOTAS AO TEXTO	

INTRODUÇÃO

1. Reunidos na 24ª Assembleia Geral da CNBB, os Bispos da Igreja Católica no Brasil, queremos expor pontos fundamentais para a reflexão e ação dos membros de nossas comunidades, em vista do processo constituinte, destinado a preparar a nova Constituição.

2. Oremos fraternalmente nossa reflexão aos irmãos de outras Igrejas, especialmente as integradas no Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC), cujo testemunho também nos enriquece, e com quem muito temos em comum, sobretudo no que se refere à fé em Jesus Cristo e aos valores fundamentais da pessoa humana e da vida em sociedade, segundo os desígnios de Deus. Acreditamos que nossa contribuição poderá ajudar os futuros constituintes e todos os homens e mulheres de boa vontade que, entre nós, lutam por uma sociedade justa e fraterna.

3. Nação e união nova, como Pastores, apresentamos pontos fundamentais para a formulação da Constituição. 1. Mas, como membros da sociedade brasileira e de uma instituição que, fundada na mensagem e na obra de Jesus Cristo, tem nesta mesma sociedade presença significativa, não podemos deixar de dar nossa contribuição para o grande debate nacional que ora se aprofunda. Temos consciência de que nosso desejo de contribuir para uma sociedade justa e fraterna passa agora por um esforço de exploração das exigências cristãs de uma nova ordem constitucional.

4. Reconhecemos e afirmamos a autonomia responsável que cabe aos cristãos leigos 2, engajados nos vários partidos políticos, associações, sindicatos e movimentos, neste momento histórico de ordenamento institucional, num ano em que, coincidentemente, o papel do leigo será tema destacado da reflexão de toda a Igreja, em preparação ao próximo Sínodo dos Bispos.

5. Compete aos leigos assumir como tarefa própria, a instauração da ordem temporal, e nela agir de modo direto e concreto guiados pela luz do Evangelho. 3. A autentica espiritualidade do leigo envolve o propósito de construir a cidade dos homens segundo a dignidade essencial e inalienável da pessoa humana e integra o compromisso sociopolítico como expressão da caridade, como amor a Deus e ao próximo.

1ª PARTE - CONSTATAÇÕES E DESAFIOS

1.1. A IMPORTÂNCIA DO MOMENTO POLÍTICO

6. A sociedade brasileira, secularmente viciada pelos privilégios de minorias, pela dependência externa e pela marginalização do povo, necessita urgentemente de soluções estáveis para os graves problemas éticos, econômicos, sociais, políticos e

culturais. O recente período autoritário agravou ainda mais a concentração do poder e da renda, levando à corrosão de valores básicos, sobretudo pela corrupção e impunidade. Como resultado dos grandes movimentos civis, que se estenderam a toda a nação em 1984, inaugurou-se nova fase de nossa história política.

7. Um novo regime não pode, no entanto, funcionar com uma velha Constituição que, ademais, é somente uma Emenda Constitucional, imposta em 1969 pela Junta Militar, então no poder.

8. O momento político que vivemos e de transição. Esta não se limita, no entanto, à passagem do ordenamento institucional herdado do regime anterior ao reencontro da democracia política. Ela se inscreve num processo histórico mais denso e permanente de superação de uma sociedade elitista, que exclui dos benefícios do desenvolvimento grandes parcelas da população. Ao mesmo tempo, busca uma democracia também econômica e social que estenda a todos a condição de cidadão participante e co-responsável na luta pela melhoria das condições de vida.

9. Torna-se assim extremamente importante o atual momento político, para o povo tomar consciência de sua condição de sujeito da história, para o efetivo exercício da cidadania e para o reencontro da sociedade consigo mesma, com a consequente reestruturação da ordem jurídica e do funcionamento das instituições.

2. O SENTIDO DA CONSTITUIÇÃO

10. Nessa perspectiva de mudança mais profunda, é mister afirmar que a nova Constituição não deverá restringir-se à reorganização do Estado e de suas relações com a sociedade. Ela deverá traduzir a busca de um novo modelo de sociedade, na sua dimensão social, política, econômica, cultural e internacional. Modelo que se baseará nas exigências éticas da sociedade humana e na extensão da cidadania efetiva a todos os brasileiros e brasileiras sem exceção. Dentro desse novo modelo, caberá a todos os cidadãos o papel de participar co-responsavelmente no empenho pelo aperfeiçoamento social e ao Estado a função de promover para o bem comum, caracterizando uma democracia orgânica e participativa.

11. Adotando-se esse critério, a Constituição deverá inverter a posição tradicional, que dá ao Estado toda a primazia da iniciativa social. A sociedade deverá ganhar a condição de sujeito coletivo da transformação social, conquistando instrumentos de exercício de uma democracia que lhe permita organizar e controlar a ação do Estado, colocando-o a seu serviço. O sentido que deve ter a nova Constituição é o de abrir espaço para que toda a sociedade possa identificar criticamente o que deve ser mudado, num processo de busca de justiça social, liberdade, igualdade de direitos e de oportunidades. Nesse esforço a sociedade utilizará a mediação do Estado para que a vida democrática se aprofunde e a justiça prevaleça cada vez mais nas relações sociais.

12. Já existem em outros países instrumentos e mecanismos que visam dar à sociedade condições de controlar as decisões de interesse coletivo, governamentais ou privadas. Da atuação dos movimentos populares já surgem novas propostas. Outras vem sendo discutidas no nível dos especialistas. Será através dessas alianças de transformação social que a sociedade disporá de meios para avançar sempre mais rumo à justiça, à plena democracia e à efetiva participação de todos. 4

3. A PARTICIPAÇÃO DO POVO

13. A discussão do conteúdo da nova Constituição pode ser instrumento privilegiado de educação e conscientização política do povo. Mas a participação de todos nesse processo é ainda mais decisiva. O povo que participe, assumirá a futura Constituição como obra sua; saberá comprometer-se com ela e exigir o seu cumprimento.

14. A elaboração da nova Constituição não deve cair nos erros das Constituições anteriores, que, ou foram promulgadas por constituintes com escassa representatividade popular, ou impostas pelo poder com a colaboração de peritos. A presença destes é indispensável para dar forma articulada ao texto final. Mas é a participação da Sociedade que deverá definir o seu conteúdo.

15. Consequentemente, a Comissão Especial instituída pelo Executivo, para apresentar à consideração do Congresso Constituinte uma proposta de Constituição, não substitui nem reduz a importância do amplo debate popular necessário para que a Constituição possa ser realmente assumida pelo povo.

16. No que se refere aos representantes do povo a serem eleitos em novembro de 1986, o ato convocatório da Constituinte, aprovado pelo Congresso Nacional, fechou as portas da Assembleia Constituinte a pessoas não pertencentes aos quadros político-partidários e atribuiu poderes constituintes a senadores já eleitos, não porém para essa função. É do conhecimento público também que grupos decididos a manter privilégios e garantir a continuidade de velhas situações de dominação já se estão organizando para influir no processo constituinte. Denunciando estes fatos, herdados sobretudo do período autoritário, cremos que ainda há tempo para sanar ou neutralizar esses males.

17. Se a mobilização da toda a sociedade poderá, portanto, evitar que sua participação se restrinja à mera eleição de deputados e senadores que assumirão o mandato constituinte, e ao acompanhamento, à distância, dos seus trabalhos de

pois de eleitos. Espera-se muito mais dessa participação: que o povo possa apresentar propostas aos candidatos, eleger parlamentares que defendam essas propostas e, contrabalançando a influência do poder econômico, possa influir na discussão do próprio conteúdo da Constituição e exercer uma permanente função crítica.

II PARTE - IGREJA E PROCESSO CONSTITUINTE

1. A COLABORAÇÃO DA IGREJA

18. A fé deve iluminar a ação dos cristãos, neste momento tão importante para a construção de uma sociedade justa e fraterna, na permanente fidelidade a Cristo, à Igreja e ao Homem. (5)

19. A ação pastoral da Igreja no Brasil, nas últimas décadas seguindo a linha do Vaticano II, Medellín e Puebla, tem-se caracterizado pela busca de fidelidade aos apelos de Deus que nos vêm da realidade: "O grito de um povo que sofre e que reclama justiça, liberdade e respeito aos direitos fundamentais dos homens e dos povos". (6) Formulação significativa desta busca de fidelidade tem sido a "opção preferencial pelos pobres". Longe se ser exclusiva e excludente, ela expressa a opção pela dignidade de todos os seres humanos, filhos de Deus, privilegiando aqueles nos quais essa imagem aparece mais desfigurada por serem vítimas de modelos econômicos, marginalizados pelo poder político e oprimidos pela injustiça. (7)

20. A pedagogia de uma ação pastoral, marcada pelo esforço em abrir espaços para que os pobres se reúnam em comunidades, à luz de uma fé profundamente enraizada na vida, procura superar a separação entre fé e vida, enumerada entre os erros mais graves de nosso tempo pelo Vaticano II. (8)

21. Esta caminhada da Igreja, junto ao povo sofrido, certamente tem sido uma das contribuições significativas para que hoje a Nação aspire a uma transição rumo a mudanças mais profundas do que a simples modernização de uma democracia formal.

22. Reconhecendo a injustiça como forma de violência institucionalizada, a Igreja a rejeita, como rejeita igualmente a violência enquanto caminho normal para superá-la. (9) Esta opção, de acordo com inequívocos pronunciamentos de Igreja, responde mais globalmente às exigências das bem aventuranças evangélicas, pela libertação do homem todo e de todos os homens.

Ela foi reconhecida como pastoralmente válida por João Paulo II, por ocasião de sua visita à nossa Pátria. (10)

23. No processo constituinte, que permitirá consolidar os avanços dos últimos anos, a Igreja deve colaborar, como parte da sociedade, numa busca que será de todo o corpo social. Ela não pretende que a Constituição seja confessional. Numa linha de coerência com a sua atuação até agora, ela trabalha para que se incorporem à nova Constituição os mecanismos e instrumentos democráticos — alianças de transformação social que permitam a participação ativa da população nas decisões de interesse coletivo.

24. A Igreja realizará a dimensão social de sua ação pastoral à medida que os cristãos impulsionados pela fé, se mobilizarem para concretizar a vivência do "amor em ações verdadeiras". 11 Aproveitando toda a riqueza de que o processo constituinte é portador, a Igreja estará, assim, contribuindo para uma sociedade justa e fraterna, sinal e anúncio do Reino definitivo. 12

25. Muitas doutrinas, movimentos leigos e outros organismos eclesiais vêm promovendo debates, debates, encontros e assembleias sobre o processo constituinte. Também várias são as publicações, cartilhas e subsídios destinados à informação do povo cristão que se conscientiza a respeito da necessidade de participar na elaboração da nova Constituição. É necessário, porém, que esse movimento do povo cristão se amplie e se irradie, somando-se a outras iniciativas, para verdadeira mobilização de toda a Nação.

2. A ELEIÇÃO DE NOVEMBRO DE 86

26. A próxima eleição é ocasião de discernir, a partir das exigências da Fé, os critérios que devem nortear a escolha dos deputados e senadores que serão nossos constituintes. Essa escolha é de suma importância. O voto é uma espécie de procuração: dá ao eleito poderes para agir em nome dos cidadãos. É necessário, pois, saber escolher, principalmente por tratar-se de uma Constituinte. Isso é tanto mais importante, porque a eleição simultânea de governadores poderá absorver a atenção maior dos eleitores.

27. O alistamento eleitoral com o recadastramento que se processa atualmente em todo o Brasil é o primeiro passo para possibilitar a participação de todos os brasileiros maiores nas eleições para a Assembleia Constituinte. É oportunidade extraordinária de ajudarmos, como cristãos, os nossos irmãos mais pobres, especialmente os analfabetos, a superarem as dificuldades para obter o seu título de eleitor.

28. É fundamental que as eleições apresentem alto nível de credibilidade perante o povo. Dai o repúdio a qualquer forma de compra de voto e a importância da colaboração de todos nas iniciativas destinadas a superar os vários tipos de fraude, que têm viciado o processo eleitoral. Indispensável para isso é a colaboração dos que se dispuserem a exercer a função de fiscais na apuração dos votos.

III PARTE - CONTEÚDO DA CONSTITUIÇÃO: CRITÉRIOS E EXIGÊNCIAS

3.1. A ATUAÇÃO DOS CRISTÃOS

44. Na terceira parte deste documento queremos manifestar-nos a respeito do conteúdo da nova Constituição, sentindo as aspirações de nossas comunidades. A partir dos princípios cristãos, apreendemos alguns critérios básicos, valores, direitos, obrigações e implicações concretas, situando-as na perspectiva mais ampla da busca de uma sociedade justa e mais próxima do Plano de Deus. 45. Os autênticos direitos que a evolução da sociedade tem permitido identificar e defender vêm sendo amplamente assumidos por aqueles que participam do debate constituinte. A Igreja não pretende apropriar-se desses princípios básicos da convivência humana, como se fossem unicamente seus. Construídos ao longo de uma trajetória de muitos séculos, foram marcados também pela presença cristã na história da humanidade. Mas agora já são patrimônio comum. A Igreja também participa de sua defesa como princípios éticos que, por serem profundamente humanos, encontram-se no Evangelho sua expressão mais viva.

46. O empelo cristão terá como objetivo a edificação de uma sociedade em que sejam respeitadas a dignidade e a liberdade da pessoa e sejam promovidos todos os seus valores e direitos inalienáveis. "Não se completa a tarefa dos cristãos, enquanto não derem a sua contribuição específica para construir uma sociedade segundo as aspirações mais profundas dos homens de boa vontade e segundo o desígnio de Deus." 14

47. Temos pois diante de nós um duplo desafio. De um lado assegurar que esses valores e direitos sejam incorporados em sua integridade à nova Constituição Brasileira. De outro lado, dotá-la de efetivas garantias ativas para que não se tornem meras declarações de intenções, mas tenham eficácia prática que oriente nossos comportamentos individuais e nossa vida social.

48. A conquista e a preservação efetiva desses direitos é tarefa de toda a humanidade em sua trajetória histórica. Mas sua incorporação ao texto da Constituição não poderá ser considerada como ponto final da caminhada rumo à justiça e à liberdade. Uma sociedade segundo os desígnios de Deus implica em mudanças profundas e concretas, cuja realização a humanidade procura sem cessar.

30. Também não se pode confiar em promessas e promessas "generosas" para com o bem do povo, quando o candidato tem um passado comprometido com interesses pessoais ou de grupos privilegiados ou apresenta um comportamento marcado pela desonestidade, corrupção e oportunismo.

31. Conquanto os partidos sejam a mediação normal e necessária do processo político, não basta a simples referência a uma sigla partidária. Lamentavelmente, com efeito, não existe no Brasil autêntica tradição partidária. Os programas dos partidos não são, em geral, claramente definidos e conhecidos e não passam, frequentemente, de promessas inconsistentes e eleitorais. É necessário, pois, que o eleitor, em vista da futura Constituição, saiba avaliar o conteúdo das propostas de cada partido e seu comprometimento com as mesmas.

32. A luz de todos os critérios precedentes é que o eleitor deverá orientar-se na escolha de candidatos confiáveis.

33. É de suma importância que cristãos vocacionados para a ação política se apresentem como candidatos à Constituinte. Os cristãos qualificados por sua experiência a serviço do povo e solicitados pela confiança de seus irmãos e companheiros não se podem furtar a prestar esse serviço. Devem assumir, com generosidade, a ação política como serviço desinteressado, eficaz e coerente com sua opção de Fé. (13)

34. Evitando o risco de transformar os movimentos e as comunidades eclesiais em bases político-partidárias, devem os cristãos apoiar eficientemente os irmãos e irmãs que, por coerência com sua vocação, se dispuserem a entrar na ação político-partidária. O apoio eficaz implica num acompanhamento fraterno que os mantenha integrados à comunidade eclesial e na abertura de espaços adequados para que possam avaliar e aprofundar sua fé diante dos desafios e dificuldades especiais em sua nova missão cristã.

3. DURANTE O FUNCIONAMENTO DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

35. A ação dos cristãos durante o funcionamento da Assembleia Constituinte é tão importante quanto nas etapas anteriores. Os trabalhos dos constituintes devem ser acompanhados e o povo precisa continuar a influir junto à Assembleia.

36. Será preciso verificar se os eleitos estão sendo fiéis aos compromissos assumidos e coerentes com as opções dos que os elegeram. Será indispensável acompanhar, fiscalizar, oferecer novas contribuições e até mesmo pressionar, para que os constituintes exerçam seus mandatos como verdadeiro serviço ao bem comum, e sintam que estão sendo seguidos, apoiados, questionados ou criticados pelo povo.

37. Os cristãos devem estar atentos ao andamento dos trabalhos constituintes para que possam posicionar-se e intervir oportunamente:

— quando se tentar introduzir na Constituição elementos incompatíveis com a dignidade e os direitos da pessoa humana;

— quando eventuais manobras, manipulação, interferências de cúpula frustrarem aspirações democráticas;

— quando se tentar limitar a liberdade e soberania da Constituinte;

— quando houver manifesto abuso do poder econômico;

— quando valores éticos e religiosos fundamentais estiverem sendo postergados.

38. Durante a elaboração da Constituição será preciso continuar o trabalho de conscientização para superar os obstáculos que distanciam a sociedade dos acontecimentos políticos, como também o descrédito em que caíram as instituições políticas, sobretudo durante o regime ditatorial.

39. Para tudo isso, será necessário criar canais de comunicação independentes entre a Constituinte e a sociedade. Publicações periódicas devem garantir informações, análises e interpretações dos acontecimentos à luz da Fé e das exigências da consciência cristã.

40. Os diversos movimentos, equipes e organismos eclesiais empenhados no acompanhamento da Constituinte precisarão manter-se sempre articulados para agirem unidos e oportunamente.

41. Esse processo será mais completo se o povo tiver a possibilidade de participar, mediante referendums, na decisão das questões mais fundamentais para valorizar e legitimar a Constituição como Lei Básica do País.

4. APÓS A PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO

42. Todo o trabalho de conscientização na fase anterior à eleição da Constituinte e de participação na elaboração da Constituição deve criar condições para tornar o texto Constitucional conhecido em seus aspectos positivos e em suas limitações.

43. Isso exigirá dos cristãos e da pastoral social da Igreja atitude vigilante frente à observância dos preceitos da Constituição e das leis que dela devem decorrer.

III PARTE - CONTEÚDO DA CONSTITUIÇÃO: CRITÉRIOS E EXIGÊNCIAS

3.1. A ATUAÇÃO DOS CRISTÃOS

44. Na terceira parte deste documento queremos manifestar-nos a respeito do conteúdo da nova Constituição, sentindo as aspirações de nossas comunidades. A partir dos princípios cristãos, apreendemos alguns critérios básicos, valores, direitos, obrigações e implicações concretas, situando-as na perspectiva mais ampla da busca de uma sociedade justa e mais próxima do Plano de Deus. 45. Os autênticos direitos que a evolução da sociedade tem permitido identificar e defender vêm sendo amplamente assumidos por aqueles que participam do debate constituinte. A Igreja não pretende apropriar-se desses princípios básicos da convivência humana, como se fossem unicamente seus. Construídos ao longo de uma trajetória de muitos séculos, foram marcados também pela presença cristã na história da humanidade. Mas agora já são patrimônio comum. A Igreja também participa de sua defesa como princípios éticos que, por serem profundamente humanos, encontram-se no Evangelho sua expressão mais viva.

46. O empelo cristão terá como objetivo a edificação de uma sociedade em que sejam respeitadas a dignidade e a liberdade da pessoa e sejam promovidos todos os seus valores e direitos inalienáveis. "Não se completa a tarefa dos cristãos, enquanto não derem a sua contribuição específica para construir uma sociedade segundo as aspirações mais profundas dos homens de boa vontade e segundo o desígnio de Deus." 14

47. Temos pois diante de nós um duplo desafio. De um lado assegurar que esses valores e direitos sejam incorporados em sua integridade à nova Constituição Brasileira. De outro lado, dotá-la de efetivas garantias ativas para que não se tornem meras declarações de intenções, mas tenham eficácia prática que oriente nossos comportamentos individuais e nossa vida social.

48. A conquista e a preservação efetiva desses direitos é tarefa de toda a humanidade em sua trajetória histórica. Mas sua incorporação ao texto da Constituição não poderá ser considerada como ponto final da caminhada rumo à justiça e à liberdade. Uma sociedade segundo os desígnios de Deus implica em mudanças profundas e concretas, cuja realização a humanidade procura sem cessar.

3.2 A ORDEM SOCIAL

3.2.1 Critérios básicos

49. A elaboração da nova Constituição é momento privilegiado para conseguir avanços significativos em direção a uma sociedade participativa, responsável e livre em suas condições de auto-organização e que supere todos os tipos de marginalização; sociedade que assegure a posição da família como comunidade orgânica de vida social e garanta o respeito pelos direitos e a dignidade humana de todos.

50. E dentro dessa perspectiva social mais ampla que se devem situar os valores e direitos, frequentemente reconhecidos, em tese, e tão menosprezados na organização prática da vida social. Estes direitos poderiam ser assim resumidos:

51. Todo ser humano, qualquer que seja sua idade, sexo, raça, cor, língua, condição de saúde, confissão religiosa, posição social, econômica, ideológica, política, cultural, é portador de uma dignidade inviolável e sujeito de direitos e deveres que o dignificam, em sua relação com Deus como filho, com os outros homens como irmão e com a natureza como senhor. 15

52. Por isso, todos os seres humanos são fundamentalmente iguais em direitos e dignidade, livres para pensar e decidir de acordo com a sua consciência; para expressar-se, organizar-se em associações e buscar sua plena realização, mas em profundo respeito à liberdade e à dignidade dos outros seres humanos, tendo sempre em vista o bem comum. 16

53. Mas não é suficiente o reconhecimento formal dessa dignidade e igualdade fundamentais. É preciso que esse reconhecimento seja traduzido na promoção de condições concretas para realizar e reivindicar os direitos fundamentais de todos os homens e de todas as mulheres, tais como: direito à vida e a um padrão digno de existência; direito à saúde e ao lazer; direito à educação, inclusive religiosa, e a escolher o tipo de educação desejada para os filhos; direito à liberdade religiosa; direito ao trabalho e à remuneração suficiente para o sustento pessoal e da própria família; direito de todos à propriedade, submetida à sua função social, direito de ir e vir; direito de entrar no país e de sair; direito à segurança; à preservação da própria imagem e à participação na vida política. 3.2.2. Exigências Concretas

a) Promoção e defesa da vida 17

54. Por ser supremo bem natural de Deus, toda vida humana deve ser preservada desde o primeiro instante da concepção, sustentada, valorizada e aprimorada.

55. São inaceitáveis, como atentados contra a vida humana, o aborto diretamente provocado, o genocídio, o suicídio, a eutanásia, a tortura e violência física, psicológica ou moral, assim como qualquer forma injusta de mutilação.

56. São igualmente inaceitáveis, como atentados contra a vida humana, as situações permanentes de fome, subnutrição, condições infra-humanas de existência e impossibilidade de acesso aos serviços de saúde.

57. A pena de morte é injustificável, dentro de uma visão mais abrangente da condição humana, uma compreensão mais aprofundada dos valores evangélicos e a reconhecida mentalidade pacífica do povo brasileiro.

58. O Estado tem o dever de controlar a produção de armamentos, promover a redução de gastos com os mesmos, aplicando os recursos, assim liberados, no desenvolvimento das regiões mais necessitadas.

b) Promoção e defesa do Meio Ambiente

59. O direito à vida exige a preservação e renovação do meio ambiente, resguardando-o contra formas de exploração predatória e de toda a espécie de poluição.

Promoção e defesa dos Direitos da Família

60. A família, que se constitui pelo matrimônio estável, é a base natural da sociedade. Por isso mesmo, deve ser reconhecida como sujeito de direitos, que não se reduzem à soma dos direitos de seus membros. Em decorrência disso, a família tem o direito de reivindicar da sociedade e do Estado, garantias para sua estabilidade e condições para o desempenho de suas funções, especialmente no que se refere à gestação, nascimento, saúde, alimentação e educação dos filhos e escolha de religião.

61. Toda família tem o direito de conseguir, através de justa remuneração do trabalho de seus membros e com o apoio da sociedade e dos poderes públicos, condições estáveis e dignas de alimentação, saúde, habitação, lazer, educação e transporte.

62. Cabe aos poderes públicos assegurar trabalho e salário justo e ordenar, diretamente ou por meio de instituições idôneas, a prestação de serviços destinados a propiciar a efetivação destes direitos para todos, especialmente para os mais carentes.

63. A Igreja, baseada no Evangelho e na natureza humana, realça sua convicção de que a família se funda no matrimônio monogâmico e indissolúvel, posicionando-se, assim, contra o divórcio. O matrimônio é constituído pelo livre consentimento recíproco de um homem e uma mulher em idade núbil, com capacidade jurídica e moral para

contrai-lo e com plena igualdade ante a lei. Preservar-se a atual legislação que reconhece direitos civis ao casamento religioso.

64. Assim como a Igreja reconhece, como dever pastoral, o cuidado e a solicitude pelos casais cristãos irregularmente constituídos, considera dever do Estado oferecer proteção social e previdenciária às pessoas que vivem ilegalmente em união estável.

65. Os esposos, orientados pelos critérios da moral e tendo sempre em vista a grave tarefa de educar e sustentar os filhos, devem ser respeitados em seu direito ao planejamento familiar. Dentro deste respeito, os poderes públicos devem promover a informação apropriada e tomar medidas aptas, conformes às exigências da lei moral, defendendo a família frente à imposição de programas antinatalistas. 21

66. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, bem como os filhos adotados deverão gozar dos mesmos direitos, em vista do seu desenvolvimento integral como pessoas humanas e como cidadãos.

d) Promoção e defesa da Liberdade Religiosa 22.

67. Cada cidadão ou cada grupo de cidadãos goza de plena liberdade de abraçar ou deixar de abraçar uma religião; de realizar os atos de culto, expressar livremente a sua fé e divulgar sua doutrina, contanto que não se firam os direitos de outros e o bem comum. Tem o direito de não ser discriminado em razão de sua crença ou suas convicções religiosas ou filosóficas; e o direito de educar os filhos, de acordo com os princípios éticos e sociais coerentes com a sua fé. Isto implica que seja resguardado na Constituição o direito ao ensino religioso escolar, respeitada a convicção religiosa do aluno ou de seus responsáveis, e a liberdade de assistência religiosa às Forças Armadas e nos estabelecimentos de internação coletiva.

68. A liberdade religiosa inclui o direito e o dever dos grupos religiosos de exercer função crítica na sociedade, com relação à conduta de grupos, instituições ou do próprio poder público, quando desrespeitarem as convicções religiosas ou os valores éticos nelas fundados.

69. A Igreja reconhece o direito à objeção de consciência, assim como o direito que o Estado tem de impor serviços alternativos. Com relação ao serviço militar obrigatório, nos países, com tradição de respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais, a alternativa é a prestação de um serviço civil. Este serviço substitutivo é geralmente um trabalho de caráter não militar, em benefício da comunidade, tendo uma dimensão social e humana e contribuindo para a paz e a cooperação internacional.

70. Símbolos, distintivos e ritos próprios de um religião devem ser salvaguardados, sua dignidade preservada e sua imitação proibida.

e) Promoção e defesa da igualdade de todos perante a lei

71. A afirmação da igualdade de todos perante a lei deverá ser acompanhada da criação de mecanismos que a tornem real. Assim, lembramos alguns procedimentos que, na prática dos povos, se revelaram aptos para impedir o esmagamento das pessoas, das ideias novas, do avanço da cultura e da humanidade. Entre esses procedimentos, destacamos:

72. - nenhuma conduta humana poderá ser impedida ou reprimida pelo Estado sem que exista lei específica, bem clara, fundada em princípios éticos, declarando-a ilegal ou criminosa;

73. - nenhuma pessoa será presa, senão em flagrante delito ou por ordem escrita de autoridade judiciária competente, sendo assegurada a qualquer pessoa amplo direito de defesa em julgamento e a garantia contra abusos de autoridade;

74. - nenhuma pessoa poderá ser considerada culpada antes de ser julgada e provada sua culpabilidade; nem poderá ser mantida em prisão, sem comunicação à autoridade judicial e a seu advogado, dentro de curto prazo, estabelecido em lei, responsabilizando-se criminalmente a prisão administrativa;

75. - o preso não pode ser submetido a violências físicas, psicológicas ou morais e qualquer forma de tortura constitui crime imprescritível;

76. - o preso tem direito a tratamento digno e humanitário, incluindo o atendimento religioso, tem direito também ao exercício de uma atividade produtiva, dignamente remunerada e ao desenvolvimento cultural;

77. - a apuração de responsabilidade criminal deve obedecer rigorosamente aos ritos processuais estabelecidos em lei, assegurando-se sempre ao pleno direito de defesa, inclusive a defesa gratuita, garantida pelo Estado, para os detentos sem recursos;

78. - todos os crimes comuns devem ser apurados e reprimidos, nos termos da lei, pela justiça comum, não sendo admissíveis tribunais especiais para julgar determinadas categorias de pessoas nem imunidades de qualquer natureza;

79. - a conduta das autoridades encarregadas das medidas de segurança deve ser rigorosamente fiscalizada por organismos independentes, a fim de assegurar a estrita legalidade e imparcialidade no uso dos instrumentos coercitivos.

f) Promoção e defesa dos Direitos de todos, a partir dos mais necessários

80. Para que seja efetivamente garantida a igualdade de todos em direitos e dignidade perante a lei, a justiça e a autoridade, assim como a participação de todos nos benefícios sociais indispensáveis